



Produto Final V

Indicadores de Desempenho



CORDEIRO, LIMA
e Advogados

Brasil Fernandes
advogados



CONSÓRCIO
Lotesp
SORTE É VIVER EM SÃO PAULO

São Paulo, 18 de outubro de 2021

Ao

Grupo de Trabalho – GT

Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização ("CDPED")

Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas ("CGPPP")

Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo ("SEPOG")

Secretaria de Fazenda e Planejamento ("SEFAZ")

São Paulo – SP

Referência:

Produto Final V — Indicadores de Desempenho

Edital de Chamamento Público N.º 004/2021

Encaminhamos, anexo, o Produto Final V — Indicadores de Desempenho.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

 **CORDEIRO, LIMA**
e Advogados

BrasilFernandes
 **advogados**

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO	4
2 - RESTRIÇÕES DE ACESSO E CONFIDENCIALIDADE	5
3 - EQUIPE RESPONSÁVEL.....	6
4 - DEFINIÇÕES.....	10
5 - SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO DA CAMADA DE GESTÃO.....	17
5.1 - LICENCIAMENTO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA NA MODALIDADE SAAS	17
5.2 - IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA	17
5.3 - TREINAMENTO TÉCNICO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA.....	20
5.3.1 - TREINAMENTO TÉCNICO PRESENCIAL	20
5.3.2 - CAPACITAÇÃO CONTINUADA	21
5.4 - MANUTENÇÃO EVOLUTIVA E ESPECIFICIDADES	21
5.5 - DESCONTOS E PENALIDADES NA CAMADA DE GESTÃO	22
6 - SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO DO OPERADOR LOTÉRICO..	24
6.1 - OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DOS OPERADORES LOTÉRICOS.....	24
6.1.1 – Plano de Negócio e Plano Lotérico.....	25
6.1.2 – Operacionais	26
6.1.3 – Financeiros.....	30
6.1.4 – Cliente e Rede	31
7 - SISTEMA DE PENALIDADES	32

1 - APRESENTAÇÃO

Para o desenvolvimento deste Projeto foram aplicados procedimentos baseados em legislações vigentes, fatos históricos, informações socioeconômicas e de mercado, informações de especialistas do setor e comparações com as melhores práticas nacionais e internacionais.

As conclusões e propostas aqui apresentadas refletem a análise de dados quantitativos e qualitativos, projeção futura e, sobretudo, da visão conceitual e estratégica de seus autores sobre um modelo inovador, rentável e que possa atingir seus objetivos sociais para a LOTERIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, que passaremos a abreviar como LOTESP.



2 - RESTRIÇÕES DE ACESSO E CONFIDENCIALIDADE

Este Projeto, em toda sua integralidade, é de uso exclusivo e restrito do Governo do Estado de São Paulo e de seus autores.



3 – EQUIPE RESPONSÁVEL

Este Projeto foi concebido e desenvolvido, em toda sua integralidade, pelas seguintes empresas integrantes do Consórcio Lotesp:

CORDEIRO, LIMA E ADVOGADOS

O Escritório Cordeiro, Lima e Advogados foi fundado em 2008, voltado desde a sua origem à completa assessoria (full service) de clientes em setores regulados, especialmente em serviços públicos de transporte e mobilidade urbana.

Dentre os projetos de maior relevância recentemente estruturados pelo escritório, destacam-se: (i) Novo Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Estado do Rio de Janeiro (2020 - em desenvolvimento); (ii) Novo Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Estado de São Paulo (2019 - ABASP); (iii) Prorrogação antecipada do Contrato de Concessão EMTU/SP nº 020/1997 (2019/2021); (iv) Novo modelo do Sistema de Transporte Coletivo de São Luís/MA (2014-2016).

FERNANDES E FERNANDES ADVOGADOS ASSOCIADOS

FERNANDES E FERNANDES ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n. 07.666.681/0001-70, com sede na Rua 3.250, n. 450, CEP 88330-278, na cidade de Balneário Camboriú/SC, na pessoa de seu advogado sócio Roberto Carvalho Brasil Fernandes, com apoio dos advogados Daniel Fernandes, Rafael Biasi e Alexandre Amaral Filho, que atuam com foco no Direito das Loterias no Brasil.

Integraram à equipe das empresas, os seguintes consultores:

FLÁVIO MARCOS NEUENSCHANDER MACIEL

Empresário, brasileiro, analista de sistemas, diretor executivo da Social Solutions Tecnologia Ltda, com inscrição no CPF sob n. 375.143.501-87.

E-mail: flavio.maciел@socialsolutions.com.br

Telefone: +55 61 9 8151-0106 / +55 31 9 9780-8090

Analista de sistemas, aviador, paraquedista, piloto de automóveis, consultor, palestrante e gestor de projetos. Idealizador e responsável pelo desenvolvimento e implantação do Sistema de Logística e Manutenção de Aeronaves da Força Aérea Brasileira. Responsável Técnico por projetos de logística na Marinha do Brasil e de modernização de aeronaves com a Embraer. Idealizador e responsável pelo desenvolvimento e implantação de projetos de desenvolvimento socioeconômico e capacitação para os governos de Minas Gerais, Distrito Federal, Amapá e diversos municípios. Idealizador e responsável pelo desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Gestão de Políticas Públicas, responsável pela gestão e desenvolvimento da base social do Estado do Piauí, do Estado do Amazonas e diversos municípios. Idealizador e responsável pelo desenvolvimento e implantação da Loteria do Estado do Piauí, a primeira loteria online do País. Cofundador e integrante da equipe de concepção e desenvolvimento do site de apostas esportivas direcionado ao público de e-sports, YATTABET.

ROBERTO CARVALHO BRASIL FERNANDES

Advogado, brasileiro. Sócio do escritório Brasil Fernandes Advogados, inscrito no CPF sob n. 563.325.309-44 e na OAB/SC 20080.

E-mail: roberto@brasilfernandes.adv.br

Telefone: +55 47 9 9918 6813/33609231

Pós-graduado em Direito Aduaneiro e Comércio Exterior pela Universidade do Vale do Itajaí. Capacitado em Negócios Internacionais pela Universidade Corporativa do Banco do Brasil. Membro efetivo do IAB Nacional – Instituto dos Advogados Brasileiros - matrícula 04028. Membro da Comissão Especial de Direito dos Jogos Esportivos, Lotéricos e Entretenimento da Ordem dos Advogados do Brasil. Conferencista convidado sobre o tema “Loteria”, pela

Clarion Eventos nos seminários denominados ICE/Londres-UK2016, BGC/Brasília-2017, BGC/São Paulo-2018, OGS/Pacaembu.SP-2018. Foi advogado da ABLE - Associação Brasileira das Loterias Estaduais com atuação na Defesa das Loterias no Supremo Tribunal Federal na ADI 3277/PB, ADI2996/SC, Arguição de Nulidade da SV02/STF e da ADPF 493. Foi credenciado na Câmara dos Deputados para representar os interesses das Loterias estaduais (RICD/3.008.963). Foi convidado pelo programa Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal para debater o assunto das Loterias e jogos. Conferencista no II Encuentro Latinoamericano Del Juego/Peru Gaming Show/2009, no seminário Desafios e Perspectivas para Regulamentação dos Jogos/ALMG-Minas Gerais/2015, Jogos da Fortuna à Luz da Constituição/OAB do Rio de Janeiro/2017 e outros; Autoridade convidada pela Comissão Especial do Marco Regulatório dos Jogos no Brasil (2018 e 2019) para expor a perspectiva das Loterias Estaduais e interesse nos projetos de Lei que tramitam na Câmara dos Deputados; autor de diversos artigos sobre o mercado de “Jogos/gaming” no Brasil. Autor do Livro Direito das Loterias no Brasil, publicado pela editora Fórum no ano de 2020.

MARCELLO M. CORRÊA

Advogado, brasileiro.

Inscrito no CPF sob n. 081.555.907-04

E-mail: marcellorioluz@hotmail.com

Telefone: +55 21 98877-8679

Atual Assessor Jurídico Chefe da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ (desde 2014). Advogado (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e Mestre em Ciência Política - Regulação Econômica (Universidade Federal Fluminense - UFF). Colaborador e Instrutor dos cursos de Direito Empresarial, Estratégia e Negociação do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF (desde 2005); Coordenador e Instrutor do curso fusões e aquisições - aspectos jurídicos e econômicos - Fundação MUDES (2003/2005); Professor de Direito Tributário da Universidade Santa Úrsula (2004/2005); Professor do módulo de Direito Econômico do MBA em Direito Público da Escola Superior de Advocacia - ESA (2004/2005); e Professor do módulo de Processo Tributário da Pós-Graduação em Direito Tributário da Universidade Candido Mendes - UCAM (2004).

ANDRÉ BERGHOLZ

Consultor, brasileiro.

Inscrito no CPF sob n. 153.228.071-87

E-mail: andre@evirtual.com.br

Telefone: +55 61 98111-4300

Arquiteto, Mestre em Planejamento Urbano, cursou Doutorado em Sociologia na área de Ciência, Tecnologia e Sociedade. Foi Professor concursado da Universidade de Brasília - UnB. Analista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq por mais de 10 anos. Pesquisador com trabalhos apresentados e publicados nos mais diversos fóruns incluindo Administração de Ciência e Tecnologia, Planejamento Urbano, Simulação e Treinamento Militar, Informática... Empreendedor desde 1992, com a Espaço Virtual. Palestrante e Consultor, atendendo instituições privadas e públicas como Organização Panamericana de Saúde - OPAS e CNPq.

GUSTAVO VISCARDI

Economista, brasileiro.

Inscrito no CPF sob n. 220.013.178-08

E-mail: gustavo@gclconsultoria.com.br

Telefone: +55 11 99123-9783

Formado em economia pela UNICAMP e pós-graduado em Finanças pelo IBMEC-SP. Possui experiência de mais de 15 anos em consultoria econômica, controladoria, planejamento estratégico e financeiro de empresas em diversos segmentos, realização de estudos para concessão e reequilíbrio de contratos de transporte público coletivo sob pneus e trilhos, estudos de viabilidade para projetos de infraestrutura, consultoria econômica para montagem de projetos de PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse) em diversos setores. Ocupou os cargos de Sócio na S&H Consultoria Financeira, Conselheiro em empresas privadas e Gerente Financeiro e Diretor Geral no Grupo Libra.

4 – DEFINIÇÕES

Para os fins do presente estudo, aos termos a seguir, aplicam-se às respectivas definições:

- **Aposta:** ato de escolher números, símbolos, marcas ou resultados de competição esportivas, para concorrer a um prêmio.
- **Aposta Física:** aquela realizada diretamente pelo apostador, utilizando um material impresso, palpável.
- **Aposta Virtual:** aquela realizada pelo apostador em canal eletrônico e/ou via Internet.
- **Apostador:** pessoa natural e capaz, maior de 18 (dezoito) anos que tenha realizado a Aposta Virtual e/ou a Aposta Física.
- **Aposta encerrada:** o momento em que as apostas para o sorteio ou resultado de uma competição esportiva não podem mais serem efetivadas ou distribuídas pelo operador e sua rede de pontos de venda.
- **Arrecadação total:** valor correspondente ao somatório da comercialização de Apostas Físicas e Apostas Virtuais.
- **Autorização:** ato administrativo unilateral que delega precariamente a um particular a execução de certos serviços públicos
- **Bilhete de Loteria:** são as cartelas impressas ou geradas eletronicamente capazes de representar uma ou mais apostas.
- **CAIXA:** Caixa Econômica Federal
- **Casa Lotérica:** pessoa jurídica habilitada para a comercialização de produtos lotéricos.
- **Central de Gestão, Monitoramento e Inteligência Estratégica:** plataforma tecnológica e um conjunto de metodologias e procedimentos que permitem, à Camada de Gestão, realizar as atividades de gestão, monitoramento bem como promover condições para a inteligência estratégica da Loteria Estadual de São Paulo.
- **Credenciamento:** Ferramenta por meio da qual, através de um chamamento público, a Administração forma um cadastro de interessados que atendam a requisitos mínimos para a prestação do serviço. Com isso, delega-se a credenciados, por ato administrativo unilateral e precário, atividade de interesse público, permitindo que sejam remunerados, seja diretamente pelos usuários ou pelo poder público.
- **Escolha rápida/Escolha fácil:** 1) recurso em que o terminal de loteria escolhe aleatoriamente os números para um apostador; ou 2) bilhete de loteria produzido usando o recurso de escolha rápida.

- **Garantia de Execução do Contrato:** garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato de Direito Público que deverão ser mantidas pelo Contratado durante toda sua execução.
- **Loteria online:** produtos lotéricos oferecidos por meio de uma página (site) na internet ou por um terminal, em que não há bilhete impresso em meio físico.
- **Jogo responsável:** é um conjunto de ações adotadas pela Loteria do Estado com o objetivo de evitar que menores de 18 anos e incapazes façam apostas e orientar sobre prevenção e tratamento aos danos relacionados com apostas compulsivas.
- **LOTESP** – abreviatura adotada para **Loteria do Estado de São Paulo**.
- **Loteria:** 1) a instituição pública governamental que exerce, entre outras, as funções de regulamentar, fiscalizar e explorar (direta ou indiretamente), as modalidades lotéricas; 2) eventualmente é confundido com o produto lotérico.
- **Modalidade de Apostas Esportivas de Quota-Fixa:** consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico. Previsão legal: Lei federal 13.756/2018.
- **Modalidade Instantânea Exclusiva:** modalidade que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação. O apostador pode escolher um ou uma sequência de marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de prática desportiva, implementada em meio físico ou virtual, ou “modalidade na qual os apostadores conhecem os resultados ao revelarem as combinações de números, símbolos ou caracteres que se encontram encobertos em área raspável (Circular 745/2017-CEF). Conhecido como “Scratch game”. Previsão legal: Lei 13.155/2015 e Lei 13.756/2018
- **Modalidade Passiva:** loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico). Exemplo: Loteria Federal. Previsão legal: Decreto-Lei nº 204/1967, alterada pela Lei 13.756/2018
- **Modalidade de Prognóstico Específico.** Consiste na indicação, pelo apostador, de um conjunto de prognósticos sobre números inteiros e de um clube de futebol, definido como Time do Coração, contidos nos impressos divulgadores, denominados volantes, ou nos volantes virtuais dos Canais Eletrônicos. Exemplo: Timemania. Previsão legal: Lei Federal n. 11.345/2006, Decreto nº 6.187/2007, Portaria nº 11/2008 e nº 33/2010 do Ministério da Fazenda, Portaria 8.061/2019 do Ministério da Economia

- **Modalidade de Prognósticos Esportivos:** loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos. Exemplos: Loteca e Lotogol. Previsão legal: Decreto-Lei nº 594/1969, regulados pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 356/1987(alteração em 1989) Portaria do Ministério da Fazenda nº 78/2012, Portaria SECAP nº 8.061/2019.
- **Modalidade de Prognósticos Numéricos:** loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso. Exemplos; Mega-sena, Quina, Lotomania, Duplasena, Lotofácil e Dia da Sorte. Previsão legal: Lei nº 6.717/1979, regulados pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 30/2008 e nº 78/2012, Portaria SEAE nº 41/2016, Portaria SEFEL nº 03/2018, Portaria SECAP nº 15.141/2020 e Lei nº 13.756/2018.
- **Modalidade Lotérica:** são tipos normativos, previstos em lei em sentido estrito (de competência da União), que permitem à Administração Pública (Poder Executivo) criar ou homologar, por atos regulamentares, Produtos Lotéricos. Modalidades Lotéricas são diferentes formas e possibilidades de exploração, previstas em lei federal.
- **NET WIN:** é o resultado da arrecadação do total apostado, subtraído os prêmios apurados no evento e tributos incidentes sobre a operação. Conceituado como GGR – Gaming Gross Revenue.
- **Operação Lotérica:** conjunto de serviços que resultam na execução do objeto contratado.
- **Pari-mutuel:** regra de apuração do valor, em que o prêmio é um percentual do total arrecadado na campanha, evento ou período, conforme disposto no regulamento. Conceituado como prêmio rateado.
- **PAYOUT:** percentual do valor arrecadado, destinado ao prêmio.
- **Pontos de Venda – PDV's:** o(s) ponto(s) físico(s) ou não físico de comercialização das Apostas.
- **Permissão:** regime de delegação **contratual** de serviços públicos.
- **Plano Lotérico:** conjunto de regras que define a quantidade e preço das apostas, a quantidade, a qualidade e o valor dos prêmios, a probabilidade de premiação, o prazo previsto de circulação e as demais especificações que compõem um produto lotérico e/ou uma série de sorteios e produtos.
- **Plano de Premiação:** conjunto de regras que definem os bens que serão entregues aos apostadores vencedores, bem como a forma de resgate, prazos de prescrição, fórmula do cálculo do prêmio para apostas de cota fixa ou rateio entre os vencedores.
- **Ponto Lotérico:** pessoa física ou jurídica habilitada para a comercialização de produtos lotéricos.

- **Prazo de prescrição da premiação:** período que o apostador tem o direito ao resgate do prêmio.
- **Preço da aposta:** valor da aposta física ou da aposta virtual, expresso em moeda corrente nacional.
- **Premiação ou prêmio:** é o bem ou dinheiro atribuído à(s) aposta(s) vencedora(s), decorrente do sorteio ou resultado da competição esportiva.
- **Premiação Fixa:** é o prêmio a ser pago ao vencedor, independentemente do volume de venda de determinada série de bilhetes ou aposta.
- **Prêmios não reclamados:** são os bens ou valores reservados a título de prêmio, que passado o prazo de prescrição sem que o ganhador tenha se identificado com o comprovante da aposta vencedora, serão transferidos à Loteria do Estado.
- **Premiação Variável:** o mesmo que pari-mutuel.
- **Produto Lotérico:** é a expressão, por meio de atos regulamentares, do uso da oportunidade e conveniência do administrador público ao decidir explorar uma determinada modalidade lotérica tipificada em lei stricto sensu, criando ou homologando seu produto próprio.
- **Random Number Generator (RNG):** sistema computadorizado, adotado para sorteio aleatório.
- **Remuneração do Poder Público:** percentual previsto nas condições gerais do produto, referente a parte da arrecadação que pertence à Loteria do Estado.
- **Resgate:** processo de apresentação e processamento de reivindicação do prêmio correspondente.
- **Retenção Tributária:** quantia que deve ser retida do prêmio do vencedor para o pagamento do Imposto de renda sobre a premiação (art. 56 da Lei Federal 11.941/2009).
- **Rollover:** O acúmulo contínuo do prêmio decorrente de um sorteio, quando os números sorteados não são correspondidos por nenhum bilhete vendido ou aposta registrada.
- **Sala Situacional:** ambiente físico a ser instalado na Camada de Gestão cujo objetivo é permitir a Gestão, a Fiscalização, o Monitoramento e a Inteligência Estratégica da Loteria.
- **Série:** conjunto de apostas que obedecem a um mesmo Plano de Premiação.
- **Sistema de jogo:** Todos os componentes usados na prestação de serviços de loteria, como computador central, computador de backup, terminais de loteria e rede de telecomunicações.
- **Sorteio:** procedimento que revela, aleatoriamente, o resultado ganhador.

- **Sweep Account:** é a conta do apostador ou do produto, bancária ou não, que permite à loteria creditar ou debitar fundos a um varejista por meio de transferências eletrônicas de fundos (TEF), incluindo as premiações.
- **Terminal:** dispositivo eletrônico usado para realizar apostas, com ou sem impressão de bilhete lotérico.
- **Terminal de autoatendimento** um equipamento de autoatendimento, eletrônico e autônomo, conectado a um sistema central de produtos lotéricos, no qual é possível apostar numa variedade de produtos, conforme sua escolha e disponibilidade do terminal.
- **Validação:** procedimento adotado para confirmar a validade de um bilhete de loteria, físico e não físico.

Para compreender os termos acima abordados e, também, como o Estado de São Paulo pode auferir receitas não tributárias decorrentes das atividades lotéricas, é indispensável adotar os conceitos e marcar a diferença entre Loteria, Modalidade Lotérica e Produto Lotérico. Assim sendo, considera-se:

Loteria¹, é o termo que designa a instituição que exerce, entre outras, as funções de regulamentar, fiscalizar e explorar (direta e indiretamente), as modalidades lotéricas no Estado de São Paulo.

Modalidades Lotéricas são tipos normativos, previstos em lei em sentido estrito (de competência da União), que permitem², à Administração Pública (no caso o Poder Executivo de São Paulo) criar ou homologar, por atos regulamentares, Produtos Lotéricos. Dito de outra forma, Modalidades Lotéricas são diferentes formas e possibilidades de exploração, previstas em lei federal. Exemplo desta dinâmica são as modalidades de prognósticos numéricos, modalidade de prognóstico específico etc., previstos na Lei Federal n. 13.756/2018³

¹ FERNANDES, Roberto Brasil. **Direito das loterias no Brasil**: conceitos e aspectos jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

² Na lição de Rafael Carvalho Rezende de Oliveira, atualmente [...] tem prevalecido, na doutrina clássica e na praxe jurídica brasileira a vinculação positiva da Administração à lei. Vale dizer: a atuação do administrador depende de prévia habilitação legal para ser legítima. Na célebre lição de Hely Lopes Meirelles, apoiado em Guido Zanobini: “Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública é permitido fazer o que a lei autoriza”. (**Curso de Direito Administrativo**. Ed. Método, 2014, p. 26).

³ Artigo 14 da Lei 13.756/2018.

Produtos Lotéricos são a expressão, por meio de atos regulamentares⁴, do uso da oportunidade e conveniência do administrador público ao decidir explorar uma determinada modalidade lotérica tipificada⁵ em lei stricto sensu, a exemplo da denominada “Mega-Sena”, “Loteca”, “Lotomania”, “RaspaLoterj”, “Totolot”, “Totolec Show” etc.

Destaca-se a importância e pertinência de uma terminologia adequada à competência estadual no serviço lotérico, quanto à utilidade da classificação resgatada neste estudo, para que não se distancie da correta interpretação conferida no julgamento das ADPF 492/STF E ADPF 493/STF. A distinção entre Loteria, Modalidade Lotérica e Produto Lotérico é um fator de valorização e defesa do exercício da competência estadual para exploração de atividades lotéricas, o que está em plena consonância com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

É que o uso indistinto da palavra Loteria gera confusão entre a figura da entidade responsável pela administração da atividade – como é o caso da Loteria de São Paulo – em face da própria atividade ou operação, propriamente dita, de exploração do serviço público. A distinção ganha ainda maior relevância após o julgamento do STF nas referidas ADPFs ter assegurado a todos os Estados e o Distrito Federal viabilizar as atividades lotéricas por meio da instituição de Loterias próprias.

O julgamento das ADPFs 492 e 493 pelo STF no voto do relator, acompanhado por unanimidade no plenário da Corte, destacou a diferenciação entre instituição e tipo legal descritivo do funcionamento de uma modalidade lotérica⁶. Vejamos:

⁴ “O poder normativo das entidades administrativas, exercido com fundamento em norma legal, não decorre da delegação propriamente dita operada pelo legislador, mas, ao contrário, é inerente à função administrativa e pode ser exercido dentro dos limites fixados em lei. É conferido à Administração Pública o poder de regulamentar a legislação, esclarecendo-a e detalhando-a de forma a possibilitar a sua concretização” OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende de, p. 232.

⁵ Na doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a tipicidade é um dos atributos do ato administrativo: [...] o ato deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados. Para cada finalidade que a Administração pretende alcançar existe um ato definido em lei. (**Direito Administrativo**, 31. ed. São Paulo: Forense, p. 282). Registre-se, de toda sorte, que parcela da doutrina entende que a tipicidade não é um dos atributos do ato administrativo (vide o já citado autor Rafael Carvalho Rezende de Oliveira, *in* Curso de Direito Administrativo). No caso específico das Loterias estaduais, em se tratando da exploração de modalidades lotéricas, entendemos que o acórdão do Supremo Tribunal Federal impôs aos estados o requisito da tipicidade (por força da S.V. n. 2), posto que necessariamente o ato administrativo do executivo estadual (exploração lotérica) precisa estar permitido em lei em sentido estrito (lei federal).

⁶ Observe-se que no texto da Lei 13.756/2018, há emprego de sinonímia, prejudicando a boa interpretação e aplicação da lei.

*A competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios (art. 22, inciso XX, da CF/88) não preclui a competência material dos Estados para explorar as atividades lotéricas nem a competência regulamentar dessa exploração. [...] Por outro lado, as **legislações estaduais instituidoras de loterias**, seja via lei estadual ou por meio de decreto, devem simplesmente viabilizar o exercício de sua competência material de instituição de serviço público titularizado pelo Estado-membro, de modo que somente a União pode definir as **modalidades de atividades lotéricas** passíveis de exploração pelos Estados. (destacamos)*

Em suma, Modalidades Lotéricas são as formas permitidas para exploração lotérica previstas em lei federal e a expressão da competência legislativa da União; e Loteria e Produto Lotérico são, por sua vez, as escolhas do ente federativo e da sua respectiva Administração Pública no exercício do serviço público de loteria, como expressão da sua competência material.

As distinções defendidas neste estudo conferem, ao fim e ao cabo, a melhor interpretação conforme a Constituição da República e à decisão do STF junto a ADPF 493, na medida em que efetivam o direito dos estados ao princípio federativo, à autonomia e à isonomia, além de sanarem possíveis confusões entre instituições jurídicas marcadamente diferentes.

Nesses termos, pode o Estado de São Paulo explorar cada Modalidade Lotérica com a criação de tantos Produtos Lotéricos quanto entender convenientes, baseado nos elementos culturais de seu povo e suas tradições, necessidade e utilidade, pois isto nada mais é do que o exercício da autonomia para exploração do serviço lotérico, conforme assegurado pela Constituição da República e pela decisão do Supremo Tribunal Federal.

5 - SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO DA CAMADA DE GESTÃO

O Sistema de Mensuração de Desempenho tem como objetivo monitorar as relações contratuais da Loteria (Contratante) com a Prestadora de Serviços da Camada de Gestão (Contratada).

A avaliação do desempenho da prestadora de serviços da Camada de Gestão será realizada por meio de Acordos de Níveis de Serviços – ANS, como será abordado a seguir.

5.1 - LICENCIAMENTO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA NA MODALIDADE SAAS

A Plataforma Tecnológica deverá permanecer em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano. O nível mínimo de disponibilidade, a ser apurado mensalmente, deverá ser de 98% (noventa e oito por cento). Qualquer tipo de interrupção (*downtime*) no funcionamento da Plataforma Tecnológica será computado para a apuração do percentual de disponibilidade: indisponibilidade do datacenter, falhas em links de comunicação, problemas com as transações eletrônicas ou falhas em softwares que interrompam completamente a Plataforma Tecnológica.

Cabe registrar que, para aferição do *downtime* da Plataforma Tecnológica, serão considerados somente os tempos de indisponibilidade não previstos, sendo desconsiderados para a apuração do percentual de disponibilidade os períodos de manutenção programada acordados e agendados entre as partes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Em caso de descumprimento do acordo de nível de serviço previsto, a Contratada estará sujeita a penalizações com descontos em seu faturamento.

5.2 - IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA

A Contratada deverá implantar e operacionalizar a Plataforma Tecnológica no ambiente da Loteria do Estado conforme exigências e prazos definidos no cronograma de execução do contrato, tendo como marcos principais a (i) emissão do Termo de Recebimento Provisório - TRP no momento da entrega da implementação deste serviço e a (ii) emissão do Termo de Recebimento Definitivo

- TRD, que atestará a qualidade e atendimento às funcionalidades dos serviços entregues.

Caso a Contratada entregue os serviços de Implantação da Plataforma Tecnológica após o prazo estipulado no cronograma de execução do contrato, receberá o TRP, mas estará sujeita às penalizações conforme especificado em contrato.

Após a emissão do TRP, caso a Contratante verifique alguma inconformidade nos serviços ou funcionalidades exigidas no Contrato, deverá comunicar formalmente a Contratada que deverá corrigir a(s) inconformidade(s) ou disponibilizar a funcionalidade conforme prazo estabelecido no cronograma de execução do contrato, e caso este prazo seja excedido, estará sujeita às penalizações conforme especificado em contrato.

A qualidade da operacionalização e da Plataforma Tecnológica será aferida com base no número de falhas reincidentes registradas mensalmente junto à central de atendimento da Contratada. Serão consideradas falhas reincidentes aquelas que, depois de registradas e tratadas com o respectivo chamado técnico encerrado, voltem a ocorrer dentro do mesmo mês. A quantidade de falhas reincidentes não poderá ser superior a 02 (duas) e será apurada mensalmente.

Para efeitos do nível de serviço exigido, e para pleno entendimento das tabelas abaixo, define-se:

- **Prazo de Atendimento:** tempo decorrido entre a abertura do chamado, efetuada pela equipe técnica da Contratante junto à Central de Atendimento da Contratada, e o efetivo início dos trabalhos;
- **Prazo de Solução Definitiva:** tempo decorrido entre a abertura do chamado técnico, efetuada pela equipe técnica da Contratante junto à Central de Atendimento da Contratada, e a efetiva solução do chamado.

O atendimento aos chamados técnicos deverá obedecer aos prazos a seguir, contados em horas corridas:

<u>Severidade Alta:</u> aplicado quando há indisponibilidade total ou parcial da Solução de TI	
Prazo de Atendimento	Prazo de Solução Definitiva

01 (uma) hora	04 (quatro) horas
---------------	-------------------

Severidade Média: aplicado quando há alguma falha que não afete a disponibilidade da Solução de TI	
Prazo de Atendimento	Prazo de Solução Definitiva
02 (duas) horas	08 (oito) horas



Severidade Baixa: aplicado para problemas que não afetem a disponibilidade da Solução de TI, tais como manutenções preventivas e atualizações. Também será aplicado para esclarecimento de dúvidas técnicas avançadas, resposta a reclamações e sugestões e emissão de relatórios.	
Prazo de Atendimento	Prazo de Solução Definitiva
24 (vinte e quatro) horas	48 (quarenta e oito) horas

Atendimento Imediato: deverá ser aplicado quanto o atendimento solicitado for relacionado às dúvidas sobre a operação da Solução de TI ou ao andamento de chamados previamente registrados.	
Prazo de Atendimento	Prazo de Solução Definitiva
Durante o contato telefônico	Antes do término da ligação

Outra condição exigida para os serviços de suporte técnico remoto é que a recepção de 90% (noventa por cento) dos chamados telefônicos deverá ocorrer em tempo menor ou igual a 5 minutos.

Em casos excepcionais, devidamente justificados pela Contratada, a Contratante poderá conceder prazo adicional para o atendimento a solicitações de suporte técnico, se aceitar a justificativa como razoável. Nesses casos, a solicitação e a concessão do prazo adicional deverão ocorrer antes do vencimento dos prazos de solução definitiva estipulados.

Se o nível de serviço exigido for descumprido, a Contratada estará sujeita à aplicação dos descontos previstos neste instrumento, conforme especificado no contrato.

O prazo para entrada em operação de adaptações em funcionalidades ou regras de negócio da Solução de TI, motivadas por alterações na legislação federal que tornem funcionalidades da solução inadequada(s), serão em cronograma a parte, fora dos prazos estipulados dentro dos serviços de Suporte Técnico, em comum acordo entre a Contratada e Contratante, e não poderá exceder 30 (trinta) dias corridos a partir da solicitação da Contratante.

A impossibilidade de realizar as adaptações dentro deste prazo, devido à necessidade de alterações significativas em funcionalidades ou regras de negócio da Solução de TI, deverá ser comunicada e devidamente justificada pela Contratada em até 05 (cinco) dias a partir da data da demanda. Nesse caso, a Contratada deverá também propor prazo para a realização dos ajustes que, caso não aceito pela Contratante, deverá ser tecnicamente justificado.

5.3 - TREINAMENTO TÉCNICO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA

5.3.1 - TREINAMENTO TÉCNICO PRESENCIAL

Para cada treinamento realizado na forma presencial ministrado pela Contratada, cada aluno (integrante da equipe da Contratante) deverá avaliar o treinamento recebido conforme os seguintes critérios:

- Organização do treinamento;
- Relevância do conteúdo e adequação com a carga horária;
- Adequação do material didático;
- Domínio das funcionalidades da Solução de TI pelo instrutor;
- Clareza e objetividade do instrutor; e
- Qualidade do material didático fornecido.

Serão atribuídas notas de 1 a 10 a cada um dos critérios avaliados e a nota final do treinamento deverá alcançar pontuação mínima correspondente a 70% do total. Caso o treinamento não obtenha a nota mínima, a Contratante definirá uma nova data para a repetição do treinamento original, ou a critério da Contratante, a Contratada deverá reforçar pontos específicos do programa onde serão realizadas novas avaliações. Persistindo a pontuação abaixo de 70%, a Contratada estará sujeita a penalizações com descontos em seu faturamento conforme estipulado no contrato.

5.3.2 - CAPACITAÇÃO CONTINUADA

A capacitação continuada será avaliada nos seguintes critérios:

- Disponibilidade da plataforma de cursos online;
- Qualidade dos cursos ofertados;
- Qualidade da tutoria (suporte ao conhecimento);
- Qualidade do suporte aos serviços de capacitação continuada.

Serão atribuídas notas de 1 a 10 a cada um dos critérios avaliados e a nota final do deverá alcançar pontuação mínima correspondente a 70% do total. Caso a média das avaliações no mês fiquem abaixo de 70%, a Contratada estará sujeita a penalizações com descontos em seu faturamento conforme estipulado no contrato.

5.4 - MANUTENÇÃO EVOLUTIVA E ESPECIFICIDADES

Todos os serviços realizados como Consultoria Técnica Especializada, serão objeto de projetos específicos solicitados pela Contratante, com especificações das funcionalidades, detalhamento técnico, regras de negócio e Cronograma de desenvolvimento e implementação sempre definidos em comum acordo entre a Contratante e a Contratada.

A cada necessidade da Contratante, ela deverá emitir uma Ordem de Serviço que iniciará o processo para a execução dos serviços pretendidos.

Na conclusão dos serviços demandados, a Contratada entregará formalmente o serviço e encerrará a Ordem de Serviço correspondente.

A Contratante no recebimento dos serviços prestados pela Contratada como Consultoria Técnica especializada emitirá um Termo de Recebimento Provisório - TRP certificando o recebimento dos serviços.

Após verificar o atendimento à sua demanda, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo - TRD atestando a correta execução dos serviços solicitados.

Os cronogramas definidos e aceitos pela Contratada deverão ser fielmente cumpridos, e qualquer atraso será objeto de penalizações conforme estipulado no contrato.

5.5 - DESCONTOS E PENALIDADES NA CAMADA DE GESTÃO

A avaliação do desempenho da prestadora de serviços da Camada de Gestão será realizada por meio de Acordos de Níveis de Serviços – ANS, como se segue:

1. DESCONTOS E PENALIDADES

A Contratada ficará sujeita aos seguintes descontos no valor dos serviços prestados em caso de descumprimento de Acordo de Nível de Serviços estabelecido neste documento.

Item	Descrição	Critério	Limite	Periodicidade	Aplicação
1	Plataforma Tecnológica	Início da Operação	45 dias	Única	Após 45 dias, penalização de 10% do faturamento mensal na primeira medição. Após 60 dias, penalização de 20% do faturamento mensal na primeira medição.
2	Uso da Solução	Disponibilidade da Solução	>= 98%	Mensal	Disponibilidade do período < 98%, penalização de 0,2% do valor mensal do faturamento da Contratada para cada décimo percentual (0,1%). Esta penalização deverá ser aplicada até o limite de 90%. Para disponibilidade inferior a 90% até o limite de 80%, será aplicada a penalização de 50% no valor mensal do faturamento da Contratada. Disponibilidade inferior a 80%, será aplicada a penalização de 100% do valor mensal do faturamento.

Item	Descrição	Critério	Limite	Periodicidade	Aplicação
3	Treinamento Presencial	Nota da Avaliação	$\geq 70\%$	Treinamento	A cada turma de treinamento realizado, caso a nota final da avaliação do treinamento seja inferior a 70%, a Contratada deverá repetir o treinamento sem ônus para a Contratante. Caso a nota da avaliação do treinamento refeito seja inferior a 70%, a Contratada será penalizada em 0,1% do valor mensal faturado pela Contratada.
4	Capacitação Continuada	Nota da Avaliação	$\geq 70\%$	Treinamento	A cada conjunto de avaliações no mês, caso a média da nota final da avaliação seja inferior a 70%, a Contratada será penalizada em 0,1% do valor mensal faturado.
5	Suporte Técnico	Falhas recorrentes	2 (duas)	Mensal	Ocorrendo falhas recorrentes acima de 2 vezes no mesmo mês, a Contratada será penalizada em 0,01% do valor mensal do faturamento do mês corrente, acrescidos de 0,01% ao dia até o limite de 1% do faturamento do mês.
6	Suporte Técnico	Prazo de Atendimento com severidade alta	Tempo Máximo para solução definitiva ≤ 4 hs corridas	Ocorrência	Penalização de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) sobre o valor mensal do faturamento para solução definitiva em até 4 horas após a abertura do chamado acrescidos de 0,01% por hora de atraso limitado a 10 horas;
7	Suporte Técnico	Prazo de Atendimento com severidade Média	Tempo Máximo para solução definitiva ≤ 8 hs corridas	Ocorrência	Penalização de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) sobre o valor mensal do faturamento para solução definitiva em até 8 horas após a abertura do chamado acrescidos de 0,01% por hora de atraso limitado a 10 horas;
8	Suporte Técnico	Prazo de Atendimento com severidade Baixa	Tempo Máximo para solução definitiva ≤ 48 hs	Ocorrência	Penalização de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) sobre o valor mensal do faturamento para solução definitiva em até 48 horas após a abertura do chamado acrescidos de 0,01%

Item	Descrição	Critério	Limite	Periodicidade	Aplicação
			corridas		por hora de atraso limitado a 10 horas;
9	Suporte Técnico	Chamados telefônicos com atendimento imediato	$\geq 90\%$ dos chamados	Mensal	Quantidade de Chamados de telefônicos com Atendimento Imediato menor que 5 (cinco) minutos $< 70\%$, penalização de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) sobre o valor mensal do faturamento no mês corrente;
10	Serviço Técnico Especializado	Prazo de entrega dos Serviços	Prazos definidos em cronograma para cada serviço	Serviços	Entrega formal da dos serviços após o prazo estipulado em cronograma, penalização de 0,01% do valor mensal do faturamento do mês corrente, acrescidos de 0,01% ao dia até o limite de 10 (dez) dias.

6 - SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO DO OPERADOR LOTÉRICO

O Sistema de Mensuração de Desempenho tem como objetivo monitorar as relações contratuais da Loteria (Poder Concedente) com os operadores lotéricos.

Ao estabelecer os encargos e obrigações dos operadores lotéricos, são definidos os acordos de níveis de serviços com seus parâmetros e critérios objetivos, que servirão de base para a estruturação dos indicadores de desempenho, seus níveis de tolerância e penalidades.

6.1 - OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DOS OPERADORES LOTÉRICOS

São as seguintes as principais obrigações e encargos dos operadores lotéricos que deverão estabelecer os acordos de níveis de serviços, seus indicadores e penalidades:

1. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
2. Observar e cumprir os atos e normas publicados pela Concedente, incluindo as portarias e regulamentos, que disciplinem a exploração da Loteria, em especial, os atos normativos concernentes à fiscalização, auditoria, controle e operacionalização dos serviços prestados;
3. Propor e manter o plano de certificação;

4. Receber, apurar e resolver queixas e reclamações, devidamente fundamentadas, dos apostadores;
5. Receber, apurar e resolver os problemas registrados por representantes dos pontos de vendas;
6. Efetuar o pagamento dos prêmios sem incidência de Imposto de Renda em até 24 (vinte e quatro) horas após apresentação da documentação devida, pelo apostador;
7. Efetuar o pagamento dos prêmios com incidência de Imposto de Renda em até 48 (quarenta e oito) horas úteis após apresentação da documentação devida, pelo apostador;
8. Executar os Planos de Negócio aprovados para cada Produto Lotérico homologado;
9. Manter um Serviço de Atendimento ao Consumidor-SAC com estrutura suficiente para suportar as demandas dos Apostadores, nos termos da legislação aplicável à defesa do consumidor;
10. Manter um serviço de treinamento e capacitação continuada para suportar e qualificar a rede de distribuição e comercialização;
11. Manter a disponibilidade do sítio para a comercialização dos produtos online;
12. Manter em funcionamento as APIs de interface com a Camada de Gestão;
13. Enviar dados consistentes (válidos) para a Camada de Gestão.

Visando medir e acompanhar o desempenho financeiro, operacional, legal/regulamentar dos operadores lotéricos, foram desenvolvidos os seguintes indicadores de desempenho:

6.1.1 – Plano de Negócio e Plano Lotérico

São os seguintes os indicadores para o Plano de Negócio inicial e os Planos Lotéricos apresentados a cada novo Produto Lotérico submetido à aprovação da Loteria:

- Prazo de entrega do Plano de Negócio Inicial;
- Qualidade do Plano de Negócio;
- Qualidade do Plano Lotérico;
- Plano de Certificação.

Descrição	Peso	Metodologia	Impacto
Prazo de entrega do Plano de Negócio – medir se a entrega do Plano de Negócio foi dentro do prazo estabelecido em contrato. Os Planos Lotéricos dos produtos a serem lançados, devem ser partes integrantes do Plano de Negócio.	1	Aplicado uma única vez na entrega do Plano de Negócio. Tolerância máxima de 50% de atraso no prazo de entrega	Até 50% - advertência Acima de 50% multa de 1% do valor total de faturamento do 1º mês, previsto no Plano.
Qualidade do Plano de Negócio – medir o nível de qualidade e aderência do Plano de Negócio ao planejamento estratégico e legal da Loteria.	1	Aplicado uma única vez na entrega do Plano de Negócio inicial. Tolerância máxima de 2 revisões.	Acima de 2 revisões, multa de 1% do valor total de faturamento do 1º mês, previsto no Plano.
Qualidade do Plano Lotérico – medir o nível de qualidade e aderência do Plano Lotérico ao planejamento estratégico e legal da Loteria.	1	Aplicado a cada entrega do Plano Lotérico para os novos produtos a serem ofertados. Tolerância máxima de 2 revisões.	Acima de 2 revisões, multa de 1% do valor total de faturamento do 1º mês, previsto no Plano Lotérico.
Plano de Certificação – garantir que o plano de certificação apresentado seja fielmente cumprido.	1	Aplicado na entrega de Negócio e a cada 06 meses. Tolerância máxima de 15 dias para regularizar as certificações.	Advertência e tolerância de 15 dias para adequação das certificações não conformes. Suspensão das atividades até a completa adequação, cuja certificação é obrigatória.

6.1.2 – Operacionais

Com o intuito de avaliar a operação dos Operadores Lotéricos, elaboramos os seguintes indicadores:

- Curva de implantação das Casas Lotéricas;
- Curva de implantação dos Pontos de Vendas;
- Manutenção de clientes ativos no cadastro online;
- Disponibilidade do Sistema de Gestão de Loterias;
- Disponibilidade do Portal de Loterias;

- Disponibilidade das Casas Lotéricas;
- Disponibilidade dos Pontos de Vendas;
- Tempo médio pagamento de prêmio sem IRPF;
- Tempo médio pagamento de prêmio com IRPF;
- Pontualidade dos sorteios;
- Conformidade dos sorteios;
- Transferência de dados com a Camada de Gestão;
- Consistência dos dados enviados à Camada de Gestão;



Descrição	Peso	Metodologia	Impacto
Curva de Implantação das Casas Lotéricas – medir a curva de crescimento de implantação de novas unidades, conforme Plano de Negócio apresentado.	1	Aplicado a cada 6 meses Tolerância mínima de 95% do valor planejado	De 95% a 90% advertência Abaixo de 90%, multa de 5% do valor de investimento do total de casas não implantadas.
Curva de Implantação dos Pontos de Vendas – medir a curva de crescimento de implantação de novas unidades, conforme Plano de Negócio apresentado.	1	Aplicado a cada 6 meses Tolerância mínima de 95% do valor planejado	De 95% a 90% advertência Abaixo de 90%, multa de 5% do valor de investimento do total de pontos não implantados.
Manutenção dos clientes ativos no Cadastro Online – medir a curva de crescimento e a manutenção dos clientes ativos no Cadastro Online.	1	Aplicado a cada 6 meses Tolerância mínima de 95% do valor planejado	De 95% a 90% advertência Abaixo de 90%, multa de 5% do valor de investimento do total de clientes online abaixo do planejado.
Disponibilidade do Sistema de Gestão de Loterias – medir a disponibilidade do Sistema de Gestão de Loteria.	1	Aplicado a cada 6 meses Tolerância mínima de 98% na disponibilidade.	Abaixo de 98% - advertência Abaixo de 90%, multa de 0,5% do valor do GGR do mês anterior a aplicação da multa.
Disponibilidade do Portal de Loterias – medir a disponibilidade do Portal de Loterias.	1	Aplicado a cada 6 meses Tolerância mínima de 98% na disponibilidade.	Abaixo de 98% - advertência Abaixo de 90%, multa de 0,1% do valor do Faturamento online do mês anterior a aplicação da multa.

Disponibilidade das Casas Lotéricas – medir a disponibilidade das Casas Lotéricas, conforme seu planejamento de funcionamento	1	Aplicado a cada 6 meses Tolerância mínima de 90% na disponibilidade.	Abaixo de 90% - advertência Abaixo de 80%, multa de 0,5% do valor do faturamento das Casas Lotéricas do mês anterior a aplicação da multa.
Disponibilidade dos Pontos de Vendas – medir a disponibilidade dos Pontos de Venda conforme modelagem de funcionamento	1	Aplicado a cada 6 meses Tolerância mínima de 90% na disponibilidade.	Abaixo de 90% - advertência Abaixo de 80%, multa de 0,5% do valor do faturamento dos Pontos de Vendas do mês anterior a aplicação da multa.
Tempo médio pagamento de prêmio sem IRPF – medir o cumprimento do prazo máximo para pagamento dos prêmios sem ocorrência de IRPF.	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância máxima 5% de prêmios pagos após prazo limite de pagamento.	Acima de 5%, multa de 5% do valor correspondente ao somatório dos prêmios pagos após vencimento do prazo.
Tempo médio pagamento de prêmio com IRPF – medir o cumprimento do prazo máximo para pagamento dos prêmios com ocorrência de IRPF.	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância máxima 5% de prêmios pagos após prazo limite de pagamento.	Acima de 5%, multa de 5% do valor correspondente ao somatório dos prêmios pagos após vencimento do prazo.
Pontualidade dos Sorteios – medir a pontualidade dos sorteios ao vivo e online.	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância máxima de 5% de atrasos.	De 3% a 5% advertência Acima de 5%, multa de 0,5% do faturamento do mês anterior a aplicação da multa.
Conformidade dos Sorteios – medir o nível de qualidade dos sorteios ao vivo, conforme apontamentos dos auditores independentes presentes nos sorteios.	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância máxima de 5% de apontamentos.	De 3% a 5% advertência Acima de 5%, multa de 0,5% do faturamento do mês anterior a aplicação da multa

Transferência de dados com a Camada de Gestão – medir a disponibilidade das APIs de transferência de dados com a Camada de Gestão.	1	Aplicado a cada 6 meses Tolerância mínima de 98% na disponibilidade.	Abaixo de 98% - advertência Abaixo de 90%, multa de 0,5% do valor do GGR do mês anterior a aplicação da multa.
Consistência dos dados enviados à Camada de Gestão – medir o nível de qualidade dos dados transferidos para a Camada de Gestão.	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância máxima de 5% de inconsistências ou rejeições.	De 3% a 5% advertência Acima de 5%, multa de 0,5% do valor do GGR do mês anterior a aplicação da multa.

6.1.3 – Financeiros

Com o intuito de avaliar a questão financeira dos Operadores Lotéricos, elaboramos os seguintes indicadores:

- Meta de faturamento geral;
- Meta de faturamento Rede Física;
- Meta de faturamento online;
- Meta de Payout Médio.

Descrição	Peso	Metodologia	Impacto
Meta de faturamento geral – medir a acuracidade do plano de negócio apresentado no que se refere ao faturamento mínimo geral (online + físico).	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância mínima de 95% do faturamento planejado	De 95% a 90% advertência Abaixo de 90%, multa de 5% do valor da diferença do previsto x realizado.
Meta de faturamento Rede Física – medir a acuracidade do plano de negócio apresentado no que se refere ao faturamento mínimo da Rede Física.	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância mínima de 95% do faturamento planejado	De 95% a 90% advertência Abaixo de 90%, multa de 5% do valor da diferença do previsto x realizado.
Meta de faturamento online – medir a acuracidade do plano de	1	Aplicado a cada 6 meses.	De 95% a 90% advertência

Descrição	Peso	Metodologia	Impacto
negócio apresentado no que se refere ao faturamento online.		Tolerância mínima de 95% do faturamento planejado	Abaixo de 90%, multa de 5% do valor da diferença do previsto x realizado.
Meta de Payout Médio – medir a acuracidade do plano de negócio apresentado no que se refere à aderência do payout real ao payout médio previsto no planejamento.	2	Aplicado a cada 6 meses Tolerância máxima de 5% a maior ou menor	De 5% a 10% advertência Acima de 10%, multa de 5% do valor da diferença do GGR previsto x realizado

6.1.4 – Cliente e Rede

Com o intuito de avaliar o suporte e satisfação dos clientes e da Rede, elaboramos os seguintes indicadores:

- Nível de satisfação dos clientes quanto aos serviços de suporte;
- Nível de satisfação da Rede de Distribuição e Comercialização quanto aos serviços de suporte;

Descrição	Peso	Metodologia	Impacto
Serviço de Suporte, nível de Satisfação dos Clientes – medir o nível de satisfação dos apostadores quanto aos serviços de suporte.	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância mínima de 80% no índice de satisfação.	De 85% a 80% advertência Abaixo de 80%, multa de 0,5% do valor do GGR do mês anterior a aplicação da multa.
Serviço de Suporte, nível de Satisfação da Rede de Distribuição e Comercialização – medir o nível de satisfação dos membros da Rede quanto aos serviços de suporte.	1	Aplicado a cada 6 meses. Tolerância mínima de 80% no índice de satisfação.	De 85% a 80% advertência Abaixo de 80%, multa de 0,5% do valor do GGR do mês anterior a aplicação da multa.

7 - SISTEMA DE PENALIDADES

A Contratada, seja ela Prestadora de Serviços da Camada de Gestão e/ou Operador Lotérico, ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência: A aplicação da penalidade de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

- i. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que acarrete pequeno prejuízo ao Estado, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- ii. Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- iii. Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da Contratante/Poder Concedente, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

b. Multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

b.1) conforme as respectivas tabelas acima;

b.2) 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado.

c. A Empresa vencedora, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais

cominações legais.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública: será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual ao Secretário de Estado se constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

i. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Secretário de Estado, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

ii. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será aplicada ao contratado ou licitante nos casos em que:

1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado, em virtude de atos ilícitos praticados;
4. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da CONTRATADA, em caso de reincidência;
5. Apresentar à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar do processo de contratação, ou no curso da relação contratual;
6. Praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

e. Suspensão Temporária do Direito de Licitar e Contratar com a

Administração.

- i. A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado pode ser aplicada em caso de inadimplemento culposo grave que prejudicar a execução do contrato, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação.
- ii. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado será aplicada pelos seguintes prazos e nas seguintes situações:
 1. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:
 - a. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos significativos para o Estado;
 - b. Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.
 2. Por 01 (um) ano, quando o licitante se recusar injustificadamente a assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Contratante;
 3. Por 02 (dois) anos, quando o contratado:
 - a. Não fornecer os produtos contratados;
 - b. Fornecer os equipamentos em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no contrato, não efetuando a correção ou adequação no prazo determinado pela Contratante;
 - c. Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao Estado, ensejando a rescisão do contrato;
 - d. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da CONTRATANTE.

O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à

adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente;

Independentemente das sanções a que se referem os itens acima, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a Contratante propor que seja responsabilizado:

- a) Civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) Criminalmente, na forma da legislação pertinente.

Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

As sanções serão aplicadas pelo titular da Contratante, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Para a aplicação das penalidades previstas acima será garantida defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis no caso de multa e suspensão, e de 10 (dez) dias contados da abertura de vista no caso de inidoneidade.